



ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2020

Data: 30/09/2020 Local: Videoconferência em razão da COVID-19
Campo Grande – MS

CONSELHEIROS / SECRETÁRIO EXECUTIVO

| | |
|----------------------------|-----------------------------------|
| Rosimeire Cecília da Costa | Presidente - Comercial |
| Eliamar Oliveira | Conselheira Titular - Rural |
| Erivaldo Marques | Conselheiro Titular – Residencial |
| Denise Simões | Secretário Executiva – Titular |
| Sebastião Dussel | Conselheiro Titular – Indústria |
| Dídimo Cabral | Conselheiro – Poder Público |

ENERGISA/CONVIDADOS

| | |
|------------------|------------------------|
| Ricardo Vidinich | Consultor Concen/Copel |
| Fernanda Mathias | Jornalista |
| Rogério | TAG 3 |
| Emerson Rivelino | Técnico da EMS |

Secretaria Executiva do CONCEN

Av. Gury Marques, nº 8000, Bloco 2 - CEP: 79072-900 - Campo Grande-MS
Fone: (67) 3398-4483 - e-mail: concen@energisa.com.br

1 Às 08h47 do dia 30 de setembro de 2020, por meio de teleconferência, em decorrência do isolamento
2 para contenção da COVID-19, foi iniciada a 8ª Reunião Ordinária de 2020. A presidente, Sra.
3 Rosimeire Costa, destaca que todos os conselheiros de todas as classes estão representados na reunião
4 e passa à leitura da pauta: **1. Site CONCEN - Rogério TAG; 2. Eficiência Energética - Emerson**
5 **Rivelino; 3. Consultas e tomada de subsídios para a CP 33 de Reequilíbrio Econômico e**
6 **Financeiro; 4. Assuntos Gerais.** A presidente consulta os conselheiros, se haverá aprovação
7 individual das últimas pautas e sugere que seja em bloco. **1. Site CONCEN - Rogério TAG;** Destaca
8 a Sra Rosimeire que a ideia era inaugurar o site no Dia do CDC, 15 de setembro, mas não foi possível.
9 Passa a palavra o Sr. Rogério. Ele explica que o destravamento do site é a definição do endereço,
10 lembrando que foi pactuado que seria o fim.org.br, mas que, para isso, é necessário a comprovação de
11 organização não-governamental, sem fins lucrativos, solicita, para isso, o estatuto e número de registro
12 do Conselho, se for cabível. “É importante porque as ONGs pedem doações e somente com
13 comprovação conseguem este domínio.”. Superada esta definição, o Rogério diz que, se for .com,
14 amanhã, 01/10, o site está liberado. A presidente observa que já cuidou do estatuto da associação de
15 conselhos de consumidores e que fizeram por CNPJ, que era secretária-geral desta entidade e que ficou
16 com o org no Conacen; que o uso da terminação .org poderia ser interessante porque o Conselho tem
17 recursos, mas às vezes podem não ser suficientes, por isso justamente a questão foi levantada junto ao
18 Conselho Nacional, porém, na área de concessão poderia haver problemas. Isso porque a Lei 8.630
19 determina que cada concessionária tenha seu Conselho, mas não menciona que é preciso ter
20 personalidade jurídica. Na REN 451, consta que o Conselho de consumidores não tem personalidade
21 jurídica, embora tenha termo de voluntariedade. “Não temos opção, como utilizamos o CNPJ da
22 Energisa para contratações, não tem como entramos como empresa sem fins lucrativos”, afirma. Que
23 os conselhos são de 1993, a Lei 8.630, mas só foram regulamentados em 2002, com a REN 138, em
24 razão disso, quase todas as siglas são muito parecidas, tomando como exemplo o Concel, de Campo
25 Largo. Ainda quanto ao endereço, o técnico Rogério, explica que é possível usar o traço (concen-ms),
26 mas que não é usual e pode causar estranheza. Explica que outra alternativa para o uso da terminação
27 .org seria registrar em CPF de algum conselheiro, mas pode não ser conveniente em função das
28 mudanças de gestão e que, caso a Energisa faça em seu CNPJ, não sabe qual seria o prazo para
29 cumprimento dos trâmites, porque ficaria a cargo da concessionária. A presidente defende que seja
30 institucional e o Conselheiro Sebastião e demais demonstram concordância. A presidente questiona
31 porque a Energisa não encaminhou ainda a contratação do domínio. A Sra. Denise afirma que falou
32 com o Sr. Dian que disse que teria de ser registrado pela TAG. Que entrou em contato com o Rogério e
33 que ele explicou que seria definido se o domínio seria org ou .com, o que é feito nesta reunião. “Não
34 sabemos como fazer isso, nosso administrativo não sabe. Precisamos saber qual documentação
35 necessária”. A presidente afirma que o Sr. Dian, em reunião anterior, apresentou onde ficaria o link e
36 que, mesmo com a definição inicial pelo org, havia ciência desde o início que teria de ser pago o
37 domínio. Para evitar uma nova reunião, os conselheiros vão pensar qual será o endereço e informar,
38 bem como a denominação no Fale Conosco, se será por entidade que ocupa o respectivo assento ou
39 pela classe de Consumo. O Sr. Sebastião pede apoio ao Sr. Ricardo com sugestão para desatar o nó. O
40 Sr. Ricardo é participado sobre a situação pela presidente e explica como funciona a Copel, hospedado
41 no site da concessionária. A presidente explica que esse ponto foi vencido, porque haveria dificuldade
42 com a Comunicação da EMS, porque cada vez que houvesse uma nota e notícia precisaria do aval da
43 concessionária para postagem. Após o ataque de hackers, a presidente disse que ficou aliviada pela

44 decisão de não haver vinculação. Passa a palavra ao Sr. Rogério, que explica que, a partir da definição
 45 do endereço, o domínio deve ser registrado, processo que passa a ser desenvolvido entre técnico da
 46 TAG e da Energisa. A presidente destaca, então, que a Sra. Denise é Técnica da Informação. Lembra
 47 que foi definida criação dos e-mails para as classes no contato do site e que é preciso fazer fluir este
 48 contato. A Sra Eliamar ressalta quer os e-mails não serão personalizados e sim por classe e sugere o
 49 direcionamento dos e-mails da caixa rural para o e-mail dela. A Sra. Denise afirma que este
 50 encaminhamento automático é questão simples de ser feita. A presidente ressalta a importância de
 51 estar em nome do Conselho e não dos conselheiros até por questão de documentação, mas que é
 52 preciso saber se coloca por entidade ou por classe. A Sra Eliamar afirma que é preciso unificar
 53 entendimento entre as entidades que ocupam os assentos. Fica combinado de até amanhã (01/10) ser
 54 dado retorno à Sra. Denise. A presidente agradece a participação do Sr. Rogério e segue à próxima
 55 pauta, para dar feedback pedido do Concen. **2. Eficiência Energética - Emerson Rivelino;** O Sr.
 56 Emerson consulta a Sra. Denise sobre o que vai falar, a presidente explica que o esclarecimento é
 57 quanto às chamadas públicas para projetos de eficiência energética, que a MP 1.004, que diz que os
 58 recursos não contratados até 20/09 seguirão para a modicidade. Lembrou que comentou com a Sra.
 59 Denise na reunião anterior sobre Centro de Apoio ao Cidadão, que havia solicitado apoio da Energisa,
 60 que os técnicos estiveram no CAC e que a situação era calamitosa, mas não foi resolvido, tanto que um
 61 disjuntor queimou e houve princípio de incêndio noticiado pelo site Midiamax. Que na última reunião
 62 a Sra. Denise disse que a situação teria sido resolvida, o que não se confirmou. O Sr. Emerson disse
 63 que MP em vigor e realmente trata do que foi aludido, mas que a MP, que citou ser de número
 64 998/2020, está em análise e precisa passar pela Câmara dos Deputados. “Então ainda não temos um
 65 parecer ou norte sobre essa MP o que estamos fazendo junto com a Abradee é tocando a vida, fazendo
 66 chamadas públicas, cumprindo contratos firmados até 16/09 até ter essa definição da Câmara, do
 67 Senado e da Aneel”. Inicia apresentação em tela, explicando como é hoje a divisão do recurso de
 68 eficiência, lembrando que a proposta prevê até 70% destinados à CDE. Sendo esta a atual destinação
 69 de recursos para a área de concessão.

Valor disponibilizado: R\$ 4.588.043,00

Projetos elegíveis, tipologias e recursos

| Mercado | Tipologia de Projetos Elegíveis | Recursos Alocados (R\$) |
|-------------------|---------------------------------|-------------------------|
| 2 Maiores Classes | Comércio e Serviços | 630.000,00 |
| Outras Classes | Poder Público | 2.698.043,00 |
| | IP - Iluminação Pública | 1.260.000,00 |

Valores máximos e mínimos

| Tipologia | Valor Mínimo (R\$) | Valor Máximo (R\$) |
|-------------------------|--------------------|--------------------|
| Comércio e Serviços | - | 250.000,00 |
| Poder Público | - | 500.000,00 |
| IP - Iluminação Pública | - | 250.000,00 |

Obs.: Projetos que não atendam ao recurso máximo serão desclassificados.

70
 71 “Qualquer cliente da nossa área de concessão pode contratar consultor que conheça o programa de
 72 eficiência energética seguindo critérios da Aneel, elaborar projeto e apresentar na chamada pública”. O
 73 projeto, seguiu o técnico, é apresentado para análise por empresa especializada contratada pela EMS
 74 que avalia e aprova/reprova. A Sra Eliamar questiona o que defina os valores por classe. O Sr.
 75 Emerson detalha os projetos, explicando os que são por carta-convite, como baixa renda, que dispensa
 76 chamada, e as demais tipologias são definidas pela concessionária, e foi definir para este ano atuação
 77 no comércio, serviços e iluminação pública. Um dos critérios foi a procura e outro é mitigar efeitos da

78 pandemia, especialmente para hospitais. O Sr. Dussel questiona porque essa diferença de recursos e a
79 divulgação para que as instituições participem. A presidente diz que essa é uma questão histórica em
80 que o Conselho atua e que Energisa, inclusive fazia workshops para capacitar as instituições para
81 apresentarem projetos. O Sr. Emerson explica como foi feito este ano, diante da pandemia, área
82 comercial conversou com 74 municípios informando sobre a chamada, conversas por whatsapp.
83 “Devido à pandemia foi praticamente impossível realizar workshop presencial, realizamos via webinar
84 nacional e apresentamos as chamadas de todas as empresas do grupo, fui eu que apresentei, no mês
85 passado e tentamos de toda forma fazer essa divulgação”. Em relação aos clientes, a área comercial
86 entrou em contato para passar as informações. A presidente observa que tem comentado com a Sra.
87 Denise e acredita que, quem sabe, agora com o site, a Comunicação da EMS fale melhor com o
88 consumidor, socializando as informações da campanha. “Fica de novo nossa incompreensão de porque
89 o Conselho de Consumidores que representa as classes – já podíamos ter passado essa informação para
90 Fecomércio – não sabe que isso tudo estava acontecendo?”. O Sr. Dussel expressa concordância e
91 questiona novamente como é feito o rateio dos recursos para eficiência entre as concessionárias. O Sr.
92 Emerson afirma que são fatores como número de clientes, receita operacional. “Mas a gente não está
93 com esse valor de R\$ 4 milhões porque a gente executa? Porque o fundo é cumulativo, pode ser
94 porque não houve interesse ou a sociedade não está sabendo da chamada pública. A gente sempre
95 discute essa questão da simetria de informações sobre recursos que são do consumidor e ele não teve
96 conhecimento”, intervém a presidente. Destaca que embora o processo de transparência seja cumprido,
97 com publicação de edital, seguindo trâmite, o processo atual especialmente é complicado e que é
98 preciso dar fluidez para a informação, levando ao Conselho dos Consumidores. A Sra Denise
99 questiona se a jornalista do Concen, Fernanda, está em contato com a Sra. Bianca, assessora de
100 imprensa da Energisa, para obter informações. A jornalista responde que há um contato constante e
101 que a Comunicação da concessionária recebe todos os releases do Concen, mas não há o contrafluxo.
102 O Sr. Dussel ressalta que a comunicação tem de ser institucional, da concessionária com o Concen.
103 Segue a apresentação sobre a chamada pública e com a indicação de que, assim que houver
104 levantamento da eficiência, seja repassado ao Conselho. A presidente propõe agendar uma visita
105 acompanhada com a Sra. Denise ao Centro de Atendimento ao Cidadão. Ressalta que parece ser
106 questão estrutural uma vez que o CAC é grande, com capacidade ampla de atendimento, que, mesmo
107 com a pandemia e funcionamento restrito das 7h30 às 13h30, há um grande fluxo. “Vamos passar
108 informações para a Federação do Comércio, o prédio já passou pelo processo de eficiência energética,
109 a Fiems, a Famasul se colocou. Essa é uma conta muito alta para manter essas estruturas”. Propõe ao
110 palestrante que o assunto seja tratado depois, fora da reunião. O Sr. Emerson explica onde é possível
111 encontrar os editais, nos sites da Energisa e Aneel, diz que concorda sobre as colocações para
112 divulgação e comunicação institucional e que está em constante contato com a Sra. Denise, que vai
113 alinhar com ela. A Sra Eliamar solicita acesso à apresentação do Sr. Emerson. “A presidente faz
114 considerações finais sobre o tema e a importância da fluidez da informação. “Sempre vamos receber o
115 ônus da inércia seja de quem for que atrasou o processo”. **4. Assuntos Diversos** - A presidente fala
116 sobre o do prazo que blinda a exclusão da tarifa social, 31/12, que manifestou preocupação ao diretor
117 da Aneel, Sr Bragatto, uma vez que a concessionária tem de informar o consumidor, lembrando que a
118 realidade ressoa sobre as 51 áreas de concessão, não é exclusiva de MS. Diz que vai mandar a todos a
119 manifestação, por carta, em nome do Concen. Que hoje são 160 mil beneficiários na área de
120 concessão. A Sra Eliamar questiona se o SMS para envio da informação é efetivo pelo perfil do

121 público, tirando como exemplo os próprios pais. A Sra Rosimeire ressalta que a atualização posterior
122 da REN 878 garante até 31/12 a inclusão para quem não renovou o CadÚnico (2 horas), que ainda não
123 é possível considerar como definitivo, devido ao cenário de pandemia, mas que pede procedimentos de
124 como a Energisa possa alertar o consumidor. “Nossa sugestão é o SMS para avisar o prazo de 31/12,
125 mas também tinha pensado de fazer no âmbito AGIR, que ocorre nas sete regiões da Capital, por meio
126 dos CRAS, uma vez que não se pode induzir à aglomeração”. E questiona: “Se mandar excluir como
127 fica no ano que vem? As pessoas vão correr para os CRAS para se cadastrar, quando na verdade já
128 poderia ter um processo de chamamento dessas pessoas”. O Sr. Erivaldo se manifesta também sobre
129 Ponta Porã e Amambai e não acredita em problemas porque o whatsapp é usado de forma democrática.
130 A presidente ressalta que o aplicativo Gisa poderia se instrumento, mas nem todos têm o aplicativo e
131 que atuação é reserva, ou seja, o consumidor que demanda a informação. Se compromete a mandar a
132 todos manifestação feita ao Sr. Daniel José Justin Bego, coordenador na Superintendência de
133 Regulação de Serviços de Distribuição da Aneel. **3. Consultas e tomada de subsídios para a CP 33**
134 **de Reequilíbrio Econômico e Financeiro;** O Sr. Ricardo Vidinich explica que a apresentação
135 também seguiu para o e-mail da Sra Rosimeire. O primeiro slide apresentado trata da pauta regulatória,
136 efeitos da Covid e da RTE, que é a CP 35, fase 02 e também será discutida a CP 47, que trata da
137 eficiência energética com prioridade para hospitais e tomada de subsídios 09, que trata da agenda
138 regulatória, com prazo até 09/10. Sobre RTE, apresentação compartilhada com Conselheiros pelo
139 Whatsapp, traz gráficos com redução da inadimplência a próximo de zero, já no 12º mês, fala sobre a
140 construção do PD dinâmico, um mecanismo para flexibilização tarifária. Entre as contrapartidas da
141 distribuidora então adoção de contratos novos passando de IGPM para IPCA. ”Recebemos as
142 informações da Energia ontem e, com base nisso, fiz duas planilhas”, considerando mercado total e a
143 carga da Energisa”. Em janeiro já havia redução de mercado demonstrando outros efeitos, que não a
144 pandemia, que o afetam e que devem ser excluídos da RTE. O mercado foi alto em março e caindo em
145 abril, março e junho e pouco abaixo que em anos anteriores, especialmente junho quando há quedas
146 em todos os anos. “E já retomou. Esses efeitos então devem ser levados em conta pela Aneel”. Abaixo,
147 o gráfico com os dados fornecidos pela concessionária ao Concen.

Mercado/Carga

| Mercado Total (MWh) | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------|-------|-------|-------|--------|-------|-------|------|-------|--------|-------|-------|-------|-------|
| Ano | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | Média |
| 16/15 | | | | | | | | | -5,6% | -5,1% | -2,2% | 2,8% | -3,3% |
| 17/16 | 6,0% | 0,2% | 7,4% | -4,0% | 2,2% | 10,6% | 5,3% | 6,2% | 11,5% | 10,9% | 5,6% | 4,4% | 5,4% |
| 18/17 | 3,2% | 4,9% | -0,1% | 12,2% | 11,4% | 1,6% | 8,4% | 2,4% | -8,1% | 1,3% | 2,8% | 3,7% | 3,5% |
| 19/18 | 10,0% | 13,8% | 2,8% | -1,6% | 2,7% | 3,0% | 2,8% | 2,7% | 15,2% | 7,7% | 10,2% | 7,4% | 6,3% |
| 20/19 | -4,4% | 0,3% | 7,7% | 1,7% | -4,6% | -1,1% | 1,7% | 4,5% | | | | | -0,9% |
| Carga (MWh) | | | | | | | | | | | | | |
| Ano | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | Média |
| 16/15 | | | | | | | | | -9,3% | -5,5% | -0,4% | -1,8% | -5,5% |
| 17/16 | 5,8% | 1,2% | 7,0% | -12,8% | 13,1% | 7,8% | 2,2% | 7,0% | 21,9% | 5,1% | 2,6% | 7,2% | 5,3% |
| 18/17 | 0,9% | -2,3% | 6,6% | 15,5% | 1,8% | 2,3% | 6,3% | -4,3% | -11,2% | 6,3% | 6,1% | 6,9% | 2,8% |
| 19/18 | 13,7% | 11,4% | -3,7% | 3,0% | 5,9% | 8,7% | 1,6% | 8,1% | 16,9% | 8,9% | 11,8% | -1,5% | 6,8% |
| 20/19 | 1,3% | 5,3% | 10,1% | -6,2% | -6,9% | 2,4% | 3,2% | 4,5% | | | | | -1,1% |

148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169

“A planilha mostra que 2016/15 foi muito pior do que este ano, da pandemia, em relação ao mercado e carga. Os números foram fornecidos pela Energisa e refletem que o problema de mercado foi muito pontual e que precisam ser levados em conta mês a mês”. O consultor apresentou também a diferença substancial dos últimos anos do IGMP em relação IPCA, em 2019 de 8,27% contra 4,30% e em 2020, 6,81% contra 3,37%. Passa aos impactos do PD que afetaria custo operacional, anuidades, remuneração, depreciação e receitas operacionais e outras receitas, sendo que a contrapartida seria a adoção de um wacc dinâmico, uma vez que as taxas de juros estão no menor patamar histórico. “Seria muito justo considerar, já que o PD passa a ser revisto a cada ano, o wacc também mereceria ser revisto a cada ano. A conclusão é que o Conselho deve receber um informe específico e convincente que demonstre claramente que os efeitos da pandemia afetam a concessão e não sejam efeitos de risco de mercado, advindos de outros fatores, de ineficiência ou mesmo sazonais”. Outro ponto que tem de ser defendido pelo Conselho, orienta o consultor, é insistir que seja mantida contrapartida de adoção de novo contrato. Abre para os conselheiros para aprovação ou contribuições. “É possível que EMS não manifeste interesse na RTE”, questionou a Sra. Eliamar. O Sr. Ricardo explica que sim. O Sr. Sebastião diz que a apresentação não suscita dúvidas. A presidente do Concen ressalta que os dados solicitados para municiar apresentação foram relevantes. Que no ano retrasado o Sr. Fernando Maia havia posicionado que a mudança do índice de correção só mudaria em 2027, que a Abradee solicitou a flexibilização da contrapartida. Pergunta se os demais conselheiros têm mais algum ponto a ser questionado. A presidente ressalta que o Sr. Ricardo preparou também apresentação sobre agenda regulatória, que houve manifestação do novo diretor interino da Aneel, pró-consumidor. Devido ao adiantado da hora, propõe que a reunião ordinária de outubro seja marcada para dia 08/10, às 8h30,



170 uma vez que já há informações para apresentação. Todos concordam, a presidente agradece a presença
171 de todos e dá por encerrada a reunião.

Rosimeire Cecília da Costa
Presidente do CONCEN

Denise Simões
Secretária Executiva do CONCEN
